

CAPÍTULO 2

Fundação Alentejo – Do CRVCC ao CNO: um percurso de maturação, de complexidade e de oportunidades

Adelina Santos

Hugo Rico

Centro de Novas Oportunidades da Fundação Alentejo (Évora)

Foi em Novembro de 2001 que o CRVCC se constituiu oficialmente como um novo dispositivo na área da Formação da Fundação Alentejo, direccionado para adultos maiores de 18 anos, procurando dar resposta ao público alentejano no sentido de elevar as habilitações escolares através da promoção de Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Nesta altura, e devido à influência positiva de uma política de proximidade da ANEFA junto dos CRVCC então proliferantes, a Educação de Adultos detinha finalmente um dispositivo direccionado às necessidades das pessoas, quer em termos de horários de funcionamento, tipologia de respostas de formação e filosofia de base, ancorada no princípio de justiça social no qual se assumia que todos os adultos são portadores de experiências de vida que contêm um leque importante de aprendizagens formais, não-formais e informais que urge validar e certificar.

A ANEFA, (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos) hoje Agência Nacional para a Qualificação, constituiu-se inicialmente como entidade responsável pela concretização da assunção de prioridade estratégica que consiste em garantir a educação e formação ao longo da vida para todos os grupos sociais. Por outro lado, a aprovação, a formulação e a prática do princípio do chamado “reconhecimento e validação de aprendizagens (in) formais”, concretizam-se no Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, operacionalizado pelos proliferantes Centros RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) agora (re) designados por Centros Novas Oportunidades (CNO). Estes, encerram em si mesmos, para além de outras valências, o direito a um Balanço de Competências que se traduzirá numa apreciação prévia, metódica, dinâmica, participada e contextualizada na história de vida do adulto, a partir da qual se possa fazer corresponder as suas aquisições ao conjunto das áreas do Referencial de Competências-Chave de Nível Básico (Linguagem e Comunicação; Cidadania e Empregabilidade; Tecnologias de Informação e Comunicação; Matemática para a Vida).

A inovação metodológica que se encontrava vinculada a um Processo de Reconhecimento de Competências escolares a partir de situações de vida (realização de Balanço de Competências) levou a que a equipa do então Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências fosse capaz de desenvolver um processo auto-formativo, reflexivo e de rigor que pudesse granjear credibilidade, aceitação e diferenciação por comparação com a lógica escolarizada que ainda hoje se encontra enraizada na cultura educativa em Portugal. Nos primeiros tempos da nossa intervenção, existia um Kit metodológico desenvolvido pela ANEFA que continha Instrumentos de Mediação concebidos de forma a catapultar a história de Vida dos adultos para uma análise rigorosa à luz do Referencial de Competências-Chave de Nível Básico. A linguagem era óbvia, no entanto a dificuldade surgiu quando pretendemos também fazer o óbvio: a partir dos Instrumentos de Mediação, analisar as histórias de vida dos adultos¹ à luz do Referencial de Competências-Chave, e tomar a decisão quanto ao nível e tipo de certificação – B1, B2 ou B3, Certificação total ou parcial. Após esta decisão, aconteceria o “encaminhamento” para Formação Complementar (sessões de formação de carácter residual de forma a ajustar o nível de proficiência do adultos em determinadas áreas de competência) ou para a sessão de Júri de Validação (momento final do Processo RVCC que conta com a participação do adulto, da equipa técnico-pedagógica – Profissional RVC e Formadores das Áreas de Competências-Chave, e Avaliador Externo) onde eram validadas formalmente as competências demonstradas pelos adultos ao longo do seu Processo RVCC, e que estariam demonstradas no seu Dossier Pessoal.

Esta foi uma etapa complexa de um percurso eminentemente auto-formativo, de partilha e assente numa filosofia construtivista permanente, reflexo de uma postura crítica e de questionamento por parte dos elementos que foram fazendo parte da equipa. Foi depois no início de 2004 que a equipa sentiu necessidade de promover alterações na sua abordagem técnica, e de uma devoção cega aos Instrumentos de Mediação, passou-se a questionar a utilidade dos mesmos, em função dos seus objectivos para verificar competências do RCC. Os debates internos sucederam-se, confrontando interpretações e perspectivas que o RCC permitia, quer em termos de conteúdos e nível de proficiência, quer em termos de abordagem e intervenção junto dos adultos, no sentido de desocultar com rigor a linguagem experiencial dos adultos, potencialmente “portadora” de aprendizagens e competências.

Ainda em 2004, a ANEFA foi extinta e surgiu então a DGFV (Direcção Geral de Formação Vocacional). A oferta formativa dirigida ao público adulto foi-se diversificando a partir desta altura, com as ACÇÕES SABER +, os Cursos EFA, no entanto, o Processo RVCC continuou a assumir-se como “procura” primordial dos adultos com o objectivo de elevar as suas habilitações escolares. Apesar disso, os CRVCC ficaram votados ao esquecimento, uma vez que a monitorização por parte da DGFV não foi tão presente quanto a prioridade que a ANEFA colocou no acompanhamento aos CRVCC.

No período de vigência da ANEFA, pudemos partilhar as nossas reflexões e as nossas práticas juntas de outros CRVCC, a convite da própria ANEFA. Estes eram momentos formativos, sobretudo para nós, pois do confronto com outras experiências formativas e práticas, não raras vezes questionávamos a

¹ Após as sessões de Balanço de Competências o adulto deveria apresentar um Dossier Pessoal que continha todas as suas descrições e reflexões demonstrativas de competências adquiridas ao longo da vida.

abordagem que realizávamos junto dos adultos, potenciando a discussão construtiva e eliminando os efeitos estéreis da acomodação às concepções e práticas aplicadas no terreno.

Em Abril de 2007, na sequência da publicação da Portaria nº86/2007, e mais tarde, do Dec. Lei 370/2008 foi necessário repensar a nossa intervenção atendendo a que:

1. A missão dos (novos) Centros Novas Oportunidades incide no reforço da dimensão de diagnóstico da situação do adulto relativamente à sua esfera pessoal de qualificação.

Neste âmbito, e com a integração dos TDE, reforçámos a primeira linha de intervenção com os nossos clientes, ao nível da identificação, apoio e aconselhamento relativamente aos percursos de qualificação potencialmente mais adequados a cada uma das pessoas.

2. A intervenção no NS, embora suportada na metodologia de BC que já vínhamos desenvolvendo, determinou a definição de novas estratégias de trabalho.

O reforço da equipa foi a primeira mudança operada. A apropriação do RCC obrigou a um trabalho exaustivo de análise, descodificação e interpretação/operacionalização e definição das práticas a desenvolver

3. Foram desencadeadas acções tendentes ao desenvolvimento de trocas com os CNO do concelho de Évora.

Fruto da necessidade sentida de assegurar, cada vez melhor, uma harmonização das intervenções das diferentes equipas foi ensaiada a organização de diversas sessões de trabalho, com o objectivo de reforçar uma apropriação partilhada do RCC.

A Organização do CNO

Após um trabalho prévio de entendimento sobre o RCC e guia de operacionalização do NS, foram reflectidas as exigências inerentes e feito o confronto com as dinâmicas já (relativamente) estabilizadas no tocante ao trabalho de NB.

Na altura (em 2007), para a tomada de decisão, foram determinantes as seguintes variáveis:

- ✓ Reforço da equipa:
 - Prof. RVC - aumento de dois para 4
 - Formadores – aumento de 2 para 5, e mais tarde, em 2009, para 7
- ✓ As cerca de 800 pré-inscrições de adultos candidatos ao NS
- ✓ Necessidade de espaço físico para instalação e funcionamento da equipa.
- ✓

Foi, pois, decidido que seria constituída uma equipa para o NS, em instalações autónomas, sendo que a equipa de Nível Básico continuaria no espaço já existente.

Relativamente ao balanço realizado neste 1º ano de trabalho “conjunto” e que, na prática, se traduziu em nove meses, destacamos (*in* relatório de actividades de 2008):

...” **Desenvolvimento de todo um conjunto de abordagens centradas na efectiva mobilização dos adultos para percursos de educação e formação, criando e reforçando redes e parcerias com o intuito de melhor chegarmos ao potencial público.** O início do Processo RVCC de Nível Secundário constituiu-se como mais um desafio, em que tentámos capitalizar a experiência já desenvolvida, tentando apropriar-nos do RCC e do desenvolvimento de metodologias diferenciadas e que melhor permitissem dar resposta ao que consideramos ser um paradigma diferente daquele com que já trabalhávamos.

Estamos conscientes que este é um trabalho permanentemente inacabado, sendo a nossa aposta a de mantermos uma postura de auto-crítica e de reflexão, de molde a permitir a melhoria contínua do nosso trabalho.

Relativamente às acções tendentes à divulgação da nossa intervenção o trabalho consubstanciou-se no **desenvolvimento de contactos junto de entidades cuja mobilização de candidatos se constituísse como um pólo dinamizador desses mesmos adultos** e, assim, tentámos diversificar e actuar em cenários que, de uma forma mais personalizada, promovesse a criação da necessidade ao nível do aumento das qualificações. Foram, assim, contactadas uma série de entidades propondo a organização de sessões para informação e mobilização dos adultos, de entre as quais destacamos: administração local (Câmaras e Juntas de Freguesia), serviços desconcentrados da administração central, serviços públicos de educação e saúde, forças militares e militarizadas, instituições de solidariedade social e sindicatos, num total de 42 entidades. Realizámos, ainda, um mailing para todos os pais e encarregados de educação com escolaridade inferior ao 9º ano, correspondendo a 292 adultos.

Na sequência destes contactos e, ainda, de outras iniciativas, foi possível realizar um conjunto de **acções de divulgação/informação e mobilização**, as quais envolveram 495 potenciais candidatos.

- De acordo com o no nosso plano estratégico de intervenção, este foi mais um ano em que continuámos a investir **no trabalho em rede**. Temos consciência que mais alguns passos foram dados, embora esta seja uma dimensão da nossa intervenção que necessita de permanente “alimentação”. Participámos na **Reunião de Acompanhamento da ANQ** (Portalegre, 2007/06/21) e na **Reunião Nacional dos CNO** (Reitoria da Universidade de Lisboa, 2007/10/13), neste último, como **animadores de uma sessão de trabalho em pequenos grupos, relativo à nossa experiência ao nível do diagnóstico/triagem e encaminhamento o que, uma vez mais, veio confirmar a importância de nos podermos encontrar e pôr em comum experiências, dúvidas e reflexões.**

Foram celebrados um conjunto de protocolos e parcerias que passamos a referenciar:

- Agrupamento nº 3 de Évora, Juntas de Freguesia da Senhora da Saúde, de S. Miguel de Machede, e dos Canaviais;
- Exército português – Comando da Instrução e Doutrina (unidade de apoio);
- Casa do Povo de S. Miguel de Machede.

Relativamente aos objectivos a que nos propusemos (metas físicas) importa referenciar os ajustamentos/correções inerentes à necessidade de responder, em cada momento, às mudanças que se operam; assim, na equipa de Nível Básico, após mais um ano marcado pela saída de técnicos (formadora de MV/TIC em Setembro e formadora de LC/CE em Dezembro), **foi necessário investir na formação e integração dos novos elementos**. Ainda, e com o início do trabalho ao nível secundário, **uma das três Prof. RVC foi afectada a esta equipa o que permitiu um importante contributo em termos de organização do trabalho naquele nível de intervenção**. No entanto, **e uma vez que optámos** (e bem, na nossa opinião) **pela constituição de duas equipas distintas**, naturalmente que a redução de uma Prof. RVC na equipa do Nível Básico pesou em termos de resultados quantitativos. **No entanto, e apesar dos factos referenciados, consideramos o balanço como muito positivo, quer em termos quantitativos, quer qualitativos. Conseguimos, sem grandes sobressaltos, que os novos elementos (formadores) fossem imbuídos das práticas que vínhamos desenvolvendo, assumindo uma intervenção cooperativa e transdisciplinar o que permitiu um certo continuum no trabalho que já vinha sendo desenvolvido**. Assim, as metas alcançadas foram de 658 inscritos, 531 em processo RVCC e 205 certificados.

Relativamente ao Nível Secundário, no que respeita ao cumprimento das metas físicas, pretendemos de uma forma assumida dar seguimento ao trabalho de qualidade que tem vindo a caracterizar a intervenção do CNO – nível básico. A compatibilização do rigor, da qualidade, e a necessidade absoluta de dar resposta às necessidades do país em termos de qualificação torna, efectivamente, a tarefa exponencialmente mais complexa e exigente. **Com o alargamento da intervenção dos CNO ao Nível Secundário, iniciámos um processo de construção, de interpretação, de conceptualização e aplicação de novas práticas e metodologias que pudessem constituir-se como o garante da qualidade, do rigor e da credibilidade da intervenção, também, neste nível**.

Depois da formação decorrida em Abril de 2007, encetámos a análise, reflexão e descodificação do Referencial de Competências-Chave de Nível Secundário, num trabalho participado, articulado e muito discutido que se revelou extremamente positivo para a construção de uma metodologia de referência, envolvendo um trabalho de equipa muito meritório. No entanto, **e conforme indicações da ANQ, optámos por avançar com processos de adultos que não se enquadravam nos requisitos das Vias Alternativas de Conclusão do Secundário, uma vez que, a priori, muitos dos adultos poderiam estar interessados nesta solução**. Os processos com adultos cujas habilitações de referência se situavam entre o 9º e o 10º ano acabaram por se alongar um pouco mais no tempo. **Simultaneamente, e no decurso do trabalho, acabámos por concluir que a intervenção neste nível seria sempre mais demorada, face à complexidade do processo, e ao rigor do qual não abdicamos para concretizarmos a nossa missão**. Assim, e face às metas propostas, é de registar a extraordinária afluência e mobilização dos adultos, e que se traduziu nas **1639 inscrições** registadas no nosso CNO-NS. Consequentemente, e face a este “boom” de inscrições, a reduzida equipa, face ao número de adultos que nos procurou, limitou bastante a celeridade de resposta do CNO. Destes 1639 adultos, conseguimos realizar **diagnóstico e triagem a 795 adultos, 700 dos quais iniciaram**

processo RVCC – NS. Destes, **139 obtiveram a certificação de nível secundário.** A discrepância de números (adultos em processo vs adultos certificados) explica-se pela ideia de facilitismo transportada pelos adultos face ao processo RVCC, ignorando a relativa complexidade de um processo de construção de um portfólio reflexivo de aprendizagens evidenciando, pelo menos, 44 competências.

A principal característica do processo neste nível é a autonomia, e grande parte dos adultos demonstrou dificuldades em seguir um plano de trabalho não directivo, auto-dirigido, co-participado, evidenciando-se aqui uma cultura escolar ainda muito arraigada nos adultos portugueses. No entanto, e porque o caminho faz-se caminhando, temos monitorizado a nossa prática e temos tentado de forma insistente e audaz aproximar o nível de exigência do processo RVCC – NS com o perfil pessoal e de competências de quem nos tem procurado, sem descurar, obviamente as metas -físicas. Aliás, **convém referir que num ano que se pretendia de experimentação e de interiorização de práticas e procedimentos inerentes à credibilidade do processo RVCC – NS, o CNO da Fundação Alentejo foi o primeiro no país a realizar um Júri de Certificação neste nível (4 de Outubro de 2007), e constitui-se a nível nacional, como o CNO que mais adultos contabilizou como certificados no nível secundário,** entregando os primeiros diplomas em 26 de Janeiro de 2008, num evento presidido por sua Exa., o Senhor Primeiro Ministro.

Como balanço final deste ano de trabalho...

“o grande desafio, este ano, colocou-se no alargamento ao nível secundário. Confrontados com um RCC e uma **metodologia muito diferentes dos desenvolvidos no nível básico, optámos por constituir uma equipa para trabalhar exclusivamente nesta nova abordagem.** Assim, e na tentativa de potenciar o trabalho, uma das Profissionais de RVC do Nível Básico foi transferida para o Secundário, tendo sido designado como coordenador um colega que já havia colaborado como Prof. RVC do Nível Básico mas que, entretanto, havia saído. Tentámos, desta forma, que a experiência e o conhecimento do desenvolvimento de balanços de competências pudesse constituir-se como *alavanca*, capitalizando o *know how* adquirido no Nível Básico.

Uma vez que, a intervenção no Nível Secundário comporta um grau elevado de interacção entre os formadores das diferentes áreas, optámos por criar uma dinâmica articulada e complementar, transversal a todos os elementos da equipa, tendo sido apropriado por técnicos e formadores, os princípios fundamentais, relacionais e técnicos, que a intervenção exige. **O funcionamento de uma equipa independente tem sido positivo, já que o volume de adultos que acorrem ao CNO é bastante elevado, e não seria possível termos apresentado as metas concretizadas com uma equipa que se desdobrasse em ambos os níveis.** De realçar ainda **o extraordinário trabalho efectuado nas itinerâncias permanentes – (Estremoz e Elvas) pelos técnicos e formadores, já que numa lógica descentralizada, tudo fizeram para que a credibilidade, o rigor e a igualdade de oportunidades no sistema fosse uma realidade.**

Relativamente à **equipa do Nível Básico,** contámos com duas Prof. RVC e dois formadores, continuando a intervir num modelo de complementaridade disciplinar, reforçando o *continuum* do trabalho ao nível da desocultação de competências, numa perspectiva de transversalidade relativamente às quatro áreas do RCC. **Uma vez mais, também este ano (2008), houve lugar à**

reconstituição da equipa, com a substituição das duas formadoras, tendo a formadora de MV/TIC cessado funções em Setembro e a de LC/CE em Dezembro. **Estamos em crer que os resultados que, ainda assim, conseguimos alcançar, só foram possíveis fruto de uma intervenção caracterizada pela transdisciplinaridade** o que tem permitido, de alguma forma, que o trabalho decorra com impactos mínimos relativamente à reconstituição frequente da equipa.

As linhas metodológicas da nossa intervenção consubstanciam-se na potenciação de todos os adquiridos pela via experiencial e o seu entrosamento com o RCC. Neste cenário, **toda a intervenção se desenrola sob a batuta, quer do Prof. RVC, quer dos formadores, sendo que a intervenção destes últimos ocorre, sempre e ainda, durante a construção do Dossier Pessoal/PRA**. A identificação de competências durante a construção do DP/PRA é absolutamente fulcral pelo que a **intervenção dos formadores claramente potencia esta identificação. E mais: a sua participação nas sessões de BC promove a aprendizagem, porque enriquece a reflexão, e esta é, natural e progressivamente, mais profunda e enriquecedora**.

Esta abordagem só é possível se, efectivamente, houver complementaridade funcional e disciplinar e muita flexibilidade.

Neste sentido, **e no nível básico**, o instrumento de base, o dossier pessoal (hoje designado, de uma forma generalizada como PRA), tem vindo a sofrer alguns ajustamentos com o objectivo de conseguirmos ajudar os adultos na reflexão das experiências de vida que conduzam à identificação de competências. Este tem sido um trabalho continuado pelo que, certamente, ainda poderá ser melhorado. Só a experiência nos tem permitido reflectir sobre o *encontro* do adulto com a sua História de Vida, no sentido de lhe conferir significado ao nível da identificação de competências consignadas no RCC. De resto, **o PRA é um instrumento de trabalho dinâmico como, de resto, encaramos a nossa intervenção**. Sentimos que estamos longe de um modelo estabilizado embora as plataformas metodológicas de base estejam consensualizadas. O desafio continua a ser o de encontrar a melhor forma para levar o adulto a valorizar os saberes adquiridos, de modo a consciencializá-los e, logo, desocultá-los. **No Nível Secundário, apostámos em partir para a construção do portfólio a partir de um único “instrumento de mediação”: a experiência pessoal, profissional, institucional e macro-estrutural que compõe a história de vida do adulto**. A base de desenvolvimento do processo RVCC – NS é a autobiografia reflexiva realizada pelos adultos. A partir das sessões em grupo, que contam com a participação dos formadores de cada uma das áreas e das técnicas RVC, os adultos são orientados para identificarem núcleos geradores fortes e a partir daqui partem para a construção da autobiografia desenvolvendo os temas sinalizados. Depois, em sessões individuais os técnicos RVC orientam os adultos no desenvolvimento e reflexão dos temas integrados e inscritos *naquela* história de vida. Em momentos previstos, o grupo pode juntar-se novamente para fazer um balanço do seu trabalho e partilhar experiências e modos de traduzir experiências em competências.

Outra dimensão fundamental do nosso trabalho, prende-se com a formação/actualização das competências das equipas. Assim, para além da dinâmica interna de uma postura crítica permanente (fruto das trocas, reflexões e aprendizagens experienciais), promovemos/participámos nos seguintes eventos:

Reunião da equipa com Avaliadores Externos; Seminário “O impacto do RVCC na vida do adulto” ; Reunião de acompanhamento da ANQ ; Reunião Nacional dos CNO promovida pela ANQ; visita de acompanhamento do PRODEP, entre outros eventos levados a cabo por outros CNO, e que possibilitaram importantes momentos de partilha e consolidação de conhecimentos e práticas.

Continuámos a colaborar com os diversos estudos/trabalhos em curso, nomeadamente com dois mestrandos, uma do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora e, outro, de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Participámos, ainda, num estudo promovido pela ISCTE, no âmbito de um programa avaliação do processo RVCC e, outro, da Universidade Católica. Participámos também em estudos científicos que deram origem a dissertações de doutoramento, nos casos da Prof. Dra. Carmen Cavaco, da Universidade de Lisboa, e da Prof. Dra. Lurdes Nico, da Universidade de Évora.

Tivemos uma sessão de trabalho com a equipa de RVCC do Centro das Terras do Condestável, a pedido destes, no sentido de partilharmos a nossa experiência, uma vez que iam dar início à intervenção. Igualmente foi solicitado o nosso contributo, pela Universidade de Évora, relativamente à reflexão sobre a construção de um curriculum para formação de Prof. RVC, no âmbito do programa promovido pelo IEFP para licenciados desempregados.

Recebemos ainda as visitas das equipas dos CNO da Escola Secundária de Montemor-o-Novo, da Fundação Odemira, da Escola Secundária de Vila Real de Santo António, da Escola Profissional do Montijo e da ASMAL (Associação de Saúde Mental do Algarve) por solicitação destes, para uma reunião connosco no sentido de poderem esclarecer dúvidas, colocarem questões, partilharem práticas e compreenderem o trabalho da equipa do CNO da Fundação Alentejo, pois obtiveram boas referências nossas, o que desencadeou o interesse na realização da referida visita de trabalho. **Todos estes momentos tiveram por objectivo, essencialmente, a reflexão sobre o trabalho de nível secundário.**

A **avaliação do nosso trabalho** resulta, por um lado, da análise das metas e, por outro, da avaliação realizada pelos adultos, no final do processo. Internamente tentamos fazer um balanço anual do nosso trabalho para o qual nos socorremos do roteiro de auto-avaliação proposto pela ANQ. Pensamos, ainda, que a **análise crítica do nosso trabalho tem permitido a introdução de medidas que visam a optimização da nossa intervenção, e são o fruto da preocupação e da nossa postura face ao nosso trabalho.**

Assim, e resultante da **análise dos questionários respondidos pelos adultos (anexo 6)**, podemos extrair o seguinte:

1. Não existem discrepâncias significativas, em termos globais, entre os níveis básico e secundário;
2. A avaliação global é muito positiva, com claro destaque para as pontuações mais valorizadas (muito bom e bom)
3. Detalhadamente, podemos evidenciar os seguintes indicadores:

✓ **Relacionamento com a equipa**

A percentagem das pontuações mais elevadas situa-se acima dos 90%, o que, naturalmente, ilustra um aspecto muito importante no tipo de trabalho que desenvolvemos;

✓ **Informações prestadas**

Na linha do item anterior, também esta variável é avaliada muito positivamente, com um valor acima dos 90%;

✓ **Actividades realizadas**

Também neste item, a avaliação é muito positiva com os valores mais altos entre o bom e o muito bom;

✓ **Materiais/instrumentos**

Mantém a mesma linha positiva de avaliação

✓ **Duração do processo**

É igualmente avaliado como positiva

✓ **Duração das formações complementares**

No nível secundário encontramos um número significativo de **n.a.** (não aplicável) isto, por um lado, porque alguns dos adultos não necessitaram dela e, por outro, porque a este nível ainda estamos a aprofundar a implementação das mesmas. Esta foi, de facto, uma dimensão da intervenção que nos colocou algumas dificuldades as quais, pensamos, estamos progressivamente a resolver e a otimizar;

✓ **Júri de Certificação**

Também é avaliado na linha das apreciações anteriores;

✓ **Contribuição do processo na formação pessoal e profissional**

Com um ligeiríssimo destaque para a dimensão pessoal, de resto, e de acordo com as conclusões dos diversos estudos já realizados, é muito gratificante constatar que este é um trabalho que, efectivamente toca as pessoas ao nível da sua auto-estima e lhes abre novas fronteiras.

Relativamente à reflexão interna que desenvolvemos sobre as nossas práticas apresentamos uma súmula em que destacamos:

○ **Pontos fortes**

Dinâmica das equipas

Partilha de saberes e experiências/cooperação

Enfoque no adulto

Adequação das metodologias aos adultos em presença

Funcionamento dos júris de certificação

Utilização da internet como meio de comunicação com os adultos (NS)

Apropriação do RCC pela equipa NS

Capacidade de inovação e abertura à mudança – regular debate e reflexão sobre a intervenção

○ **Pontos fracos**

Rh insuficientes face à procura e às metas-físicas

Ausência de formação para trabalhar com o siglo

Circulação da informação

Espaços afectos ao cno

Triagem dos adultos para processo RVCC

Gestão das metas-físicas

Dificuldades no encaminhamento por desconhecimento das ofertas formativas

Implementação e gestão das FC (NS)

Tempo reduzido na apropriação inicial da metodologia (NS)

○ **Estratégias de melhoria**

Criação e consolidação de um roteiro de circulação da informação

Aprofundamento da integração dos formadores no decurso do processo (NS)

Reuniões mensais conjuntas (NB e NS)

Solicitação regular, junto das entidades competentes, das ofertas formativas.”

Decorrente do trabalho iniciado em 2007 com o NS, alicerçados em grande medida, pela experiência e aprendizagens decorridas desde 2001 (início do NB), partilhamos o que consideramos serem os grandes desafios para os anos vindouros e que, de alguma forma, na senda da monitorização e reflexão permanentes que pautam o nosso trabalho, apresentámos no relatório de actividades desenvolvidas no ano de 2010.

“...estabelecimento de contratos-programa com parceiros diversificados por forma a potenciar o envolvimento dos diversos actores no aumento de qualificação dos activos. Este trabalho reveste-se de um importância muito particular, pois é próximo das instituições de referência e dos territórios dos públicos mobilizáveis que poderemos envolver os agentes e os destinatários do nosso trabalho. Assim, durante o ano, foram estabelecidas parcerias e contactos tendentes à concretização de outras;

Deslocalização da intervenção tendo em vista o desenvolvimento do nosso trabalho discriminando positivamente os adultos, os quais, pelas mais diversas circunstâncias, apresentam constrangimentos

ao nível da sua mobilidade/deslocação para o CNO. Neste âmbito, entrevistamos em diversas freguesias rurais do concelho de Évora, designadamente na Torre de Coelheiros, Nossa Senhora de Machede, São Miguel de Machede, etc...

Segmentação da intervenção com o que pretendemos aprofundar o trabalho já anteriormente iniciado junto de públicos em situação de desvantagem – reclusos, pessoas encaminhadas pelo Contrato Local de Desenvolvimento Social do concelho de Évora e pessoas com deficiências e incapacidades (PCDI). Neste âmbito, destacamos a intervenção no EPE – Estabelecimento Prisional de Évora onde, durante o ano em apreço, foram certificados 3 adultos de NB e 9 de NS (um dos quais já frequenta o ensino superior). A continuidade do trabalho prevê a organização de grupos para frequência de UFCD e, ainda, a mobilização dos funcionários do EPE. No que se refere às PCDI, iniciámos trabalho conjunto com técnicos da APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) na perspectiva da apropriação e operacionalização do guia metodológico para acesso das pessoas com deficiências e incapacidades ao Processo RVCC – Nível Básico. Pela complexidade que este trabalho assume, iremos continuar a investir na nossa formação, designadamente junto de colegas de CNO com experiência já firmada, numa metodologia de formação-acção balizada pela estreita cooperação entre os técnicos da APPACDM e a consultoria do CNO da Arrábida (em princípio);

Contrato de gestão partilhada de objectivos na perspectiva do aprofundamento do trabalho em rede já desenvolvido na Rede de Centros Novas Oportunidades no concelho de Évora. Esta articulação tem permitido o desenvolvimento da harmonização de diversas práticas, a clarificação e operacionalização de orientações, a gestão da intervenção em termos territoriais, a clarificação de percursos de adultos, entre outros. O alargamento da rede aos concelhos de Arraiolos, Reguengos de Monsaraz e Viana do Alentejo estava previsto para o início de 2011, e encontra-se já estabelecida.

Bibliografia

CANÁRIO, R.& CABRITO, B. (2005). “Educação e formação de adultos: Mutações e convergências”.

CAVACO, C. (2002). *Aprender Fora da Escola. Percursos de Formação Experiencial*. Lisboa: Educa.

CAVACO, C. (2009). *Adultos Pouco Escolarizados – Políticas e Práticas de Formação*. Lisboa: Educa e UI&DCE.

CAVACO, C. (2009). *Adultos Pouco Escolarizados. Diversidade e Interdependência de Lógicas de Formação*. (Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, tendo em vista obter o grau de doutor em ciências da Educação). Universidade de Lisboa, Lisboa.